INTERESSADA: ESCOLA TÉCNICA INDUSTRIAL "LAURO GOMES", de São Bernardo
do Campo

ASSUNTO : Dispensa de estágio profissional em habilitação parcial

RELATOR : Conselheiro - ERASMO DE FREITAS NUZZI

PARECER CEE Nº 3672/75 - CPG - Aprov. em 17/12/75

I - RELATÓRIO

1. HISTÓRICO: A administração da Escola Técnica Industrial "Lauro Gomes, de São Bernardo do Campo, em ofício dirigido a este Conselho, depois do mencionar a Deliberação CEE nº 18/75, que instituiu no Sistema Estadual de Ensino as Habilitações Profissionais Parciais de Desenhista de Projetos de Ferramentas e Dispositivos e de Desenhista de Projetos de Mecânica e de Laboratorista Industrial, expõe e postula o seguinte:

"a) - O parágrafo único do artigo 1º da citada Deliberação além do mínimo de horas-aulas a ser destinada à parte de Formação Especial, fixa também a exigência de estágio a ser realizado pelos alunos.

"b) - De acordo com o Parecer CFE 45/72 o estágio em empresas industriais, sob a forma de exercício profissional Orientado pela escola, só é exigido para os Técnicos ao Setor Secundário, dispensando-se esta exigência aos Técnicos dos Setores Primário e Terciário.

"c) - O mesmo Parecer estabelece, para outras habilitações profissionais em nível de 2º grau, ou seja para habilitações parciais, apenas, a duração das mesmas em horas-aulas (2.200).

"d) - Dessa, forma, verifica-se que habilitações plenas dos Setores Primário e Terciário e habilitações parciais de qualquer ramo de atividades não estão sujeitas a estágio supervisionado.

"Considerando o acima exposto; considerando que nas habilitações de Desenhista de Projetos de Ferramentas e Dispositivos e Laboratorista Industrial a escola já formou 107 alunos, aos quais, com base no Parecer acima, não foi feita essa exigência; considerando que as habilitações instituídas são habilitações parciais face à duração em horas-aula das mesmas e considerando ainda que a inclusão do estágio poderia levar os alunos a reivindicarem a transformação daquelas habilitações de parciais para plenas, vimos solicitar desse egrégio Conselho seja eliminada do parágrafo único do artigo 1º, da citada Deliberação, a exigência concernente ao estágio supervisionado".

O grifo é nosso.

2. APRECIÇÃO:

Esclareçamos, inicialmente, dois equívocos cometidos pelo peticionário, isto é:

a) que o estágio profissional é exigido somente para técnicos em habilitações profissionais do setor secundário (industrial); o que não corresponde a realidade, em que o Parecer CFE n°45/72 - citado - faz igual exigência para outro setor, quando dispõe que:

"Para a habilitação de Técnicos do Setor PRIMÁRIO- Mínimo de 2.900 horas de conteúdo profissionalizante, além da necessária complementação do da prática em projetos da especialidade coma supervisão da escola";

b) que habilitações profissionais parciais não estão sujeitas a estágio supervisionado; pois, em verdade, a exigência de haver ou não a obrigatoriedade do estágio, mesmo no caso de qualificação parcial para o trabalho, desde que se trate de HABILITAÇÃO PLENA OU PARCIAL DESTITUÍDA DO SISTEMA ESTADUAL DE ENSINO, poderá ou não ser prevista na competente Deliberação, dependendo, naturalmente, das finalidades objetivadas pela habilitação e dos requisitos básicos essenciais para a formação adequada do especialista.

3. Desfeitos os dois equívocos, passemos ao mérito da solicitação, qual seja, a eliminação do parágrafo único da Deliberação CEE N° 18/75, da exigência do estágio supervisionado para os alunos dos cursos regulados pelo citada Deliberação.

4. A hipótese levantada pelo requerente, segundo a qual a exigência do estágio "poderia levar os alunos a reivindicarem a transformação daquelas habilitações de parciais para plenas", embora possa ser possibilidade admissível, colide com o fato de que esses alunos, ao se matricularem no referido curso, deverão estar conscientes de todo o esquema curricular que irão cumprir e do tipo de habilitação profissional parcial que escolheram, assim como de suas limitações e vantagens.

5. Restaria, por último, o FATO de que a escola, "já formou 107 alunos, aos quais não foi feita a exigência do estágio".

Esses 107 alunos estão amparados pelos termos das conclusões do Parecer CEE N° 1691/75, que, além de convalidar, em caráter excepcional, a instituição e o funcionamento das habilitações profissionais parciais de Desenhista de Projetos de Ferramentas e Dispositivos, de Laboratista Industrial e de Desenhista de Projetos de Mecânica, também convalidou "b - a matrícula e demais atos escolares relativos aos alunos das três modalidades de habilitações profissionais supracitadas, os quais, ao término dos respectivos estudos receberão certificados da habilitação que hajam cursado".

6. Os 107 alunos acima referidos então, excepcionalmente, dispensados da exigência do estágio previsto pela Deliberação CEE nº 18/75; no parágrafo único do seu artigo primeiro.

7. O assunto merece mais alguns comentários porque a obrigatoriedade do estágio profissional vem provocando algumas controvérsias, mormente a partir do Parecer CFE nº 1664/74, em virtude dos termos de sua conclusão, item 3:

"O estágio, que não tem duração mínima fixada, eis que é matéria a ser resolvida em cada caso dentro do plano de estudos, mas que, em qualquer hipótese não deverá exceder 10% do tempo consagrado à parte especial, pode, indiferentemente, estar ou não incluído na carga horária da parte especial estabelecida para cada habilitação, pelo CFE".

8. Essa decisão do Conselho Federal de Educação foi comentada pelo nobre Conselheiro Arnaldo Laurindo, que apresentou Indicação propondo-o que foi feito - a formação de uma comissão para estudar o assunto e, conforme o caso, oferecer novos subsídios ao colendo Conselho Federal de Educação.

9. No III Encontro Nacional de Programas CRUTACS, realizado em Brasília, no último mês, o nosso nobre colega Paulo Nathanael Pereira de Sousa apresentou excelente trabalho intitulado A INPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NA FORMAÇÃO PROFISSIONAL, onde se lê que tramita, inclusive, pelo Congresso Nacional o Projeto de lei nº 259-3-71 que dispõe sobre a instituição do estágio profissional, e dá outras providências.

10. No mesmo trabalho ha um tópico que passamos a transcrever - realçando que o estudo inteiro é digno de meditação - por que expõe os diversos tipos de estágios:

"Nesses estágios (os profissionais) o estudante realiza atividades vinculadas a uma disciplina ou a grupo de disciplinas, com vistas à complementação da sua formação profissional, através da tomada de contato com todos os aspectos humanos e técnicos do mundo do trabalho.

Terão o caráter de optativos, eletivos, extracurriculares ou obrigatórios, conforme as exigências de currículo do curso a que se referem".

11. O estágio exigido pelo parágrafo único do artigo 1º da Deliberação CEE nº 18/75, não fixa mínimo de Horas, pois menciona que a parte de Formação Especial das habilitações de que trata deverá abranger, pelo menos, 1.150 horas-aula, das quais 800 de conteúdo profissionalizante, ALÉM DO TEMPO DESTINADO AO ESTÁGIO OBRIGATÓRIO.

12. O aluno que fizer oitenta horas de estágio - no presente caso e em

se tratando das habilitações profissionais parciais previstas pela Deliberação CEE nº 18/75 - terá satisfeito a exigência do Parecer CEE nº 1684/74, isto é, cumprimento de dez por cento da parte de Formação Especial como estágio supervisionado.

II - CONCLUSÃO

Ante o exposto, e nos termos deste Parecer nosso voto é contrário à supressão da exigência de estágio a que se refere o parágrafo único do artigo 1º da Deliberação CEE nº 18/75.

Quanto à situação dos alunos que já concluíram o curso, o próprio texto deste parecer esclarece as dúvidas suscitadas pela Escola.

Envie-se cópia do presente parecer a Escola Técnica Industrial "Lauro Gomes", de São Bernardo do Campo.

São Paulo, 8 de novembro de 1975.

a) Conselheiro - ERASMO DE FREITAS NUZZI - Relator

III - DECISÃO DA CÂMARA

A CÂMARA DO ENSINO DO SEGUNDO GRAU adota como seu Parecer o voto do Relator.

Presentes os nobres Conselheiros: ALFREDO GOMES, ARNALDO LAURINDO, ERASMO DE FREITAS NUZZI, HILÁRIO TORLONI, JOSÉ AUGUSTO DIAS, LIONEL CORBEIL e MARIA APARECIDA TAMASO GARCIA.

Sala da Câmara do Segundo Grau, em 10 de dezembro de 1975

a) Conselheiro JOSÉ AUGUSTO DIAS - Presidente

IV - DELIBERAÇÃO DO PLENÁRIO

O CEE aprova, por unanimidade, a decisão da Câmara do Ensino do Segundo Grau, nos termos do Voto do Relator.

Sala "Carlos Pasquale", em 17 de dezembro de 1975

a) Cons. Moacyr Expedito M. Vaz Guimarães

Presidente